

PARECER SOBRE O REGISTRO DA “PROCISSÃO DO SENHOR JESUS DOS PASSOS DE FLORIANÓPOLIS-SC”

90ª. Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural

Como Conselheira convidada para emitir parecer sobre o Registro da Procissão do Senhor Jesus dos Passos em Florianópolis-SC, a ser apresentado nesta 90ª. reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do IPHAN – convite que agradeço à Presidente deste Conselho - tive a oportunidade de participar, nos dias 17 e 18 de março de 2018, junto a cerca de 40.000 fiéis, dos principais ritos dessa Celebração que ocorre há 252 anos na capital de Santa Catarina.

Essa experiência foi fundamental para poder complementar, com base em uma “observação participante” - ainda que rápida - nesse evento, os subsídios fornecidos pela farta documentação contida no Dossiê, mesmo porque, como se trata de uma devoção bastante difundida no Brasil pela Igreja Católica, com narrativa, ritos, adereços e linguagens em grande parte codificados, poder acompanhar a Procissão “aqui e agora”, quando ela é realizada no período da Quaresma, em Florianópolis, permitiu-me perceber melhor como essa devoção é apropriada pelos vários atores que a organizam e dela participam naquele local e junto àquela comunidade específica.

O PEDIDO DE REGISTRO E A INSTRUÇÃO DO PROCESSO

O pedido de Registro da Procissão do Senhor Jesus dos Passos em Florianópolis-SC, acompanhado de proposta e documentação, foi encaminhado à Presidência do Iphan por meio do Ofício no. 211/06 de 19 de dezembro de 2006, pela Associação Comercial e Industrial de Florianópolis – ACIF, e, em 29 de dezembro do mesmo ano, foi aberto o processo no. 01450.017060/2006-20. O pedido veio acompanhado da anuência da Irmandade do Senhor dos Passos e Imperial Hospital de Caridade, e da Arquidiocese de Florianópolis, além do apoio do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, do Núcleo de Estudos Históricos da Universidade do Estado de Santa Catarina-UDESC e da Fundação Cultural

AMC/CF

de Florianópolis Franklin Cascaes, atendendo assim o requisito de anuência prévia dos detentores expresso no decreto no.3551, de 4 de agosto de 2000. O bem foi registrado como patrimônio cultural imaterial do estado de Santa Catarina em 2006, e inscrito no Livro das Celebrações, em conformidade com o decreto estadual no. 2504, de 29 de setembro de 2004.

Em sequência, o IPHAN fez solicitação à Superintendência de Santa Catarina de complementação de informações, que, uma vez atendida, ensejou a elaboração de Nota Técnica pelo Departamento do Patrimônio Imaterial-DPI. O pedido foi, então, encaminhado à Câmara Setorial do Patrimônio Imaterial-CSPI que, em sua 9ª. reunião, realizada em 11 e 12 de fevereiro de 2008, recomendou o aprofundamento de alguns pontos, como os sentidos atribuídos atualmente pelos detentores à Celebração e a relação do roteiro da procissão com o espaço urbano de Florianópolis. Em 2009, a ACIF reiterou junto ao IPHAN o pedido de Registro, seguido de manifestação favorável da Superintendência do IPHAN em Santa Catarina quanto à sua pertinência. É elaborada nova Nota Técnica pelo DPI, acatando essas manifestações, com a sugestão de que o aprofundamento das questões levantadas seja feito na etapa da instrução técnica. Em sua 17ª. reunião, realizada em 22 e 23 de novembro de 2010, a CSPI deliberou pela pertinência do pedido, e requisitou que se iniciasse a instrução técnica, que ficou sob a incumbência da Superintendência de Santa Catarina, com supervisão do DPI. Após a sistematização das informações coletadas a partir do acompanhamento da procissão em 2012, 2013 e 2014, da produção e coleta de dados, principalmente documentação fotográfica e audiovisual, foi apresentada uma primeira versão do Dossiê em 2015. Em novembro de 2016 foi elaborada pela técnica licenciada Mônia Silvestrin uma avaliação do Dossiê em parecer *ad hoc*, em que solicita um aprofundamento na “perspectiva etnográfica” de análise do bem.

Considero que a tramitação desse processo de instrução traz à luz questões que merecem ser analisadas, tendo em vista a elaboração dos critérios e da metodologia a serem utilizados na instrução dos processos de registro de bens de natureza imaterial. As considerações feitas pelos vários atores envolvidos neste processo trazem contribuições importantes para o detalhamento da necessária sistematização de orientações e diretrizes a

ACIF

serem disponibilizadas pelo IPHAN às partes responsáveis pela elaboração dos Dossiês de Registro.

Além da complementação da pesquisa, o referido parecer *ad hoc* sugere que a instrução deste Registro seja feita concomitantemente à do processo da Festa de Nosso Senhor dos Passos de Lençóis/BA, não no sentido de unificar as duas propostas num único Registro, mas de viabilizar uma abordagem comparativa, que possa contribuir para a compreensão das especificidades de cada uma dessas Celebrações – e possivelmente de outras do mesmo tipo – em diferentes contextos no país.

O assunto foi reapresentado à CSPI em sua 30ª. reunião em 23 de novembro de 2016, quando as questões mencionadas acima foram discutidas, e foi ratificada a pertinência do pedido de Registro, sendo recomendada complementação das informações no Dossiê.

Para tanto, foi selecionada, a partir de chamamento público, a proposta apresentada pela Universidade Estadual de Santa Catarina-UDESC, com que o IPHAN firmou convênio em setembro de 2017. Como resultado desse trabalho, foi apresentado o seguinte material: levantamento bibliográfico e documental, a partir de pesquisa em inúmeros acervos; entrevistas realizadas por ocasião da Procissão de 2018 junto a participantes da Celebração; registros fotográficos e em vídeo. Foram acrescentados ao texto-síntese com o resultado da pesquisa nove Apêndices tratando de aspectos específicos relacionados à Procissão.

Com base no farto material que compõe o Dossiê, foi elaborado pela técnica Amanda Camylla Pereira Silva, em julho de 2018, o parecer técnico conclusivo do DPI, cabendo então a mim a apresentação de parecer relativo a este pedido de Registro junto ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural.

O “SISTEMA RITUAL” DA PROCISSÃO DO SENHOR JESUS DOS PASSOS EM FLORIANÓPOLIS

A Procissão do Senhor Jesus dos Passos em Florianópolis é realizada anualmente no domingo anterior ao Domingo de Ramos, ou seja, na quinta semana da Quaresma.

AMCF

Na verdade, trata-se de uma Celebração que é realizada em várias etapas, e que envolvem os preparativos para a o seu ápice, a Procissão do Encontro, no domingo à tarde. Esses preparativos foram sendo ritualizados ao longo do tempo, são acompanhados de missas, e reuniram em seu conjunto, em 2018, conforme estimativa da polícia local, cerca de 40.000 fiéis.

Segundo o antropólogo catarinense Izomar Lacerda (Apêndice 1 do Dossiê), trata-se de um “sistema ritual”, ou seja, um conjunto de ritos performáticos centrados nas duas figuras sacras – Nosso Senhor Jesus dos Passos e Nossa Senhora das Dores - representadas nas imagens que, durante o ano, ficam na Capela Menino Deus, situada na subida do Morro da Boa Vista, ao lado do Imperial Hospital de Caridade, ambos sob a responsabilidade da Irmandade do Senhor dos Passos. Esses ritos performáticos remetem aos passos da *via crucis* e a toda a simbologia associada à Quaresma, de devoção ao Filho de Deus que veio à Terra para salvar os homens com seu sacrifício no Calvário. Tratam-se, portanto, de expressões de louvor, de gratidão, e de súplica por graças e salvação.

A Celebração tem início com a missa da Investidura dos Novos Irmãos e Novas Irmãs da Irmandade do Senhor Jesus dos Passos, realizada no domingo anterior ao da Procissão do Encontro, pela manhã. Mas, em termos da “narrativa” encenada, o ritual da Procissão do Senhor Jesus dos Passos tem início na 4ª. feira seguinte à tarde, quando as duas imagens são retiradas de seus nichos nas capelas laterais da Capela Menino Deus, e as vestes são trocadas por homens - no caso da imagem de Nosso Senhor Jesus dos Passos – e por mulheres – no caso de Nossa Senhora das Dores – para, em seguida, serem colocadas nos respectivos andores.

Na 5ª. feira pela manhã ocorre o ritual da Lavação da imagem do Nosso Senhor Jesus dos Passos, quando a imagem é lavada com panos brancos molhados em água benta, que são passados apenas em certas partes do corpo – o rosto, as mãos e os pés – sendo que os cabelos (feitos com fios naturais) e o manto não são tocados. Atualmente essa cerimônia é realizada a portas fechadas na Capela, e apenas crianças de até seis anos podem executar essa tarefa, carregadas por adultos ligados ao culto. Trata-se, portanto, de um “rito de purificação” (LACERDA, p. 143), motivo pelo qual apenas crianças pequenas teriam condições de tocar a imagem nesse momento. Ao final, é celebrada a Missa dos Enfermos, e, em seguida, a

QMCAT

“Água da Fé” usada na Lavagem, considerada milagrosa, é distribuída aos fiéis, e ficará disponível durante o ano, sendo procurada também para rituais de umbanda, conforme depoimento de Mãe Dete, mãe de santo que há décadas costuma participar da procissão (Apêndice 4).

O rito seguinte é a Procissão do Carregador, que ocorre no sábado pela manhã, e que é precedida por uma missa que tem início às 7:30 horas. Trata-se do transporte, da Capela Menino Deus para a Catedral, dos materiais que serão utilizados na Procissão do Encontro, no dia seguinte. Acredita-se que, nos séculos XVIII e XIX, esse trabalho teria sido feito com expressiva participação de escravos, e não fazia parte do “sistema ritual”, mas atualmente integra a programação oficial do evento. A maior parte dos devotos que participam desse rito são, segundo LACERDA, “pessoas simples, populares, de baixa renda e fenótipo negro” (p. 146). Nesse momento, à diferença dos ritos que se seguirão, a Irmandade tem pouca participação. A disputa, pelos devotos, por objetos para carregar, sugere que essa tarefa é vivida por eles como um “serviço” ao Filho de Deus, e suas expressões indicam que essa atuação teria um caráter de penitência, e, conseqüentemente, de demonstração explícita de sua devoção, o que fica evidente também no número de pessoas que seguem o cortejo descalças. Nesse rito, a sonorização conta, além dos cânticos, e da voz, amplificada, do pároco da Capela Menino Deus, dirigindo-se ao público, com o toque dos sinos da Capela e da Catedral, que “dialogam” entre si. Segundo LACERDA (p. 147), nesse momento os sinos da Catedral dizem “vem cá”, e os da Capela respondem “já vou”.

No mesmo sábado, à noite, é realizada a Procissão da Transladação das imagens do Senhor Jesus dos Passos e de Nossa Senhora das Dores para a Catedral, que é precedida pela Missa em Honra ao Senhor Jesus dos Passos, realizada na Capela Menino Deus. Terminada a missa, começa a ser organizada a Procissão, iniciada com a aparição, na porta da Capela, da imagem do Senhor Jesus dos Passos coberta por um biombo – segundo a crença, para protegê-la – que é aclamada pelos devotos com aplausos. O cortejo noturno pelo Centro da cidade tem como participantes mais visíveis os membros da Irmandade, que se destacam, na grande multidão que aflui às ruas para acompanhar a procissão, por meio de vários sinais: pelo lugares que ocupam, alinhados próximos às imagens; pela sua indumentária formal

– os homens com os balandraus sobre ternos escuros, carregando tochas, as mulheres com fitas, em que predominam as cores preto e roxo, segurando pequenas lanternas com velas - e por sua postura de seriedade e compostura. Também se destacam os policiais militares que formam a guarda de honra do cortejo, e as bandas de música. Nesse momento são ouvidos os toques dos sinos das duas igrejas, em ritmo mais rápido que na Procissão da manhã. A eles se soma, mais uma vez, a voz do padre capelão, “animador” da procissão (LACERDA p. 152), cujas falas se referem ao ritual. O repertório musical entoado durante a Procissão é, atualmente, composto por cantos da “música popular católica”, e as letras constam de folhetos que são distribuídos aos participantes. O som é, nessa e na Procissão do Encontro, amplificado por potentes caixas de som dispostas ao longo do trajeto, recurso também introduzido recentemente. Outro traço marcante é o frequente uso de signos, por parte dos devotos, que remetem à liturgia católica, como túnicas, cruzes, além das cores branca e roxa, presentes nos rituais da Quaresma. Ao chegarem à Catedral, as imagens são retiradas dos andores e ficam disponíveis às expressões de devoção dos fiéis, que, ao tocá-las, costumam manifestar sua emoção com choro e gestos de profunda ligação com essas divindades. Durante a noite, com a Catedral fechada, as imagens são veladas por membros da Irmandade.

No domingo pela manhã são confeccionados, por moradores e devotos, em ruas por onde passará a Procissão do Encontro, tapetes feitos com flores e outros materiais, a partir de diferentes desenhos – ritual mais comum nas procissões de Corpus Christi, e incorporado a essa procissão. À tarde, é realizado o rito central do sistema ritual dessa Celebração em Florianópolis: a Procissão do Encontro, evento que corresponderia à quarta estação da via sacra. O primeiro “ato” dessa encenação é o canto da Verônica, em latim, no púlpito disposto de frente para a praça XV de Novembro, quando ela desfralda o pano sobre o qual está impressa a face de Jesus. Ao saírem da Catedral, as duas imagens e os grupos que as acompanham seguem em direções opostas, em torno da praça XV de Novembro, fazendo uma primeira parada na frente da Igreja de São Francisco, onde ocorre o segundo canto da Verônica. Ao se encontrarem frente a frente diante da Catedral, ocorre o terceiro canto da Verônica e, em seguida, é proferido, por uma autoridade eclesiástica convidada, o Sermão do Encontro. Terminado o sermão, as duas procissões se fundem, e todos seguem pelas

ANCFE

ruas do Centro da cidade, percorrendo inclusive as ruas cobertas pelos tapetes de flores, que só podem pisados pela multidão após passarem sobre eles os devotos que carregam o andor com a imagem do Senhor Jesus dos Passos. Em todo o percurso são entoados cantos, inclusive mais um solo da Verônica em frente ao Tribunal de Contas de Santa Catarina, sendo essas atuações elementos catalizadores da emoção dos devotos, e que foram potencializadas pelas performances de Eli Faustino da Silva, sua intérprete por trinta e quatro anos. A tradicional parada diante da antiga Casa de Câmara e Cadeia, onde, quando esta funcionava como tal, até 1890, a imagem voltava-se para os presos, que se manifestavam agradecidos, atrás das grades, foi suprimida, mas há demandas por seu retorno, devido à força simbólica dessa tradição. Durante todo o trajeto a Verônica – cujo último canto ocorre na chegada à ladeira do Morro da Boa Vista - é acompanhada pelas beús, mulheres com roupas semelhantes a hábitos, e que também entoam cantos. Chegando ao final da rua do Menino Deus, tendo à frente a Capela e o Hospital de Caridade, a imagem do Senhor Jesus dos Passos faz um giro, voltando-se para os devotos, como que a saudá-los em agradecimento pela celebração, e, fechando o giro de 360.º graus, retoma o caminho de retorno à Capela, subindo a ladeira do Morro da Boa Vista que, nesse momento, é associado pela devoção popular ao monte do Calvário.

Como no caso da Procissão da Transladação, a organização da Procissão do Encontro é assumida integralmente pela Irmandade, e segue também uma estruturação bastante similar: com o guião – estandarte que faz alusão às legiões romanas, e remete ao tempo em que viveu Jesus Cristo - abrindo o cortejo do domingo, seguem os membros da Irmandade, seguidos pelos representantes do clero (coroistas, presbíteros, o arcebispo e o provedor) e pelas autoridades. A imagem do Senhor Jesus dos Passos vem acompanhada pelas bandas, e, finalmente, pela multidão de devotos, entre os quais é possível distinguir pessoas cujas vestes remetem a personagens citadas no Novo Testamento, como Nicodemus, José de Arimatéia, Maria Madalena, entre outras.

AAAF

ORIGENS DO CULTO, SUA DIFUSÃO NO MUNDO E SEU HISTÓRICO EM FLORIANÓPOLIS

O culto a Nosso Senhor dos Passos refere à Paixão de Jesus Cristo, tal como narrada no Novo Testamento, e veio a ser difundido no Ocidente a partir do retorno dos cruzados que estiveram na Terra Santa, onde conheceram os locais em que se deu o percurso de Cristo a partir de sua condenação até sua morte na cruz, no monte do Calvário. As 14 estações da denominada *via crucis* foram fixadas no século XVI, e passaram a ser representadas de diversas formas, por meio de pinturas, esculturas e também de encenações que vieram a integrar o calendário litúrgico da Igreja Católica em celebrações como a de Corpus Christi e, principalmente, as da Semana Santa, que fecha o ciclo da Quaresma. Com o mesmo objetivo, surgiram na Europa os “sacro montes”, em que pequenas capelas evocando os passos da via sacra são construídas em elevações que evocam o monte do Calvário, modelo reproduzido, por exemplo, em Monte Santo, na Bahia. As procissões do Senhor Jesus dos Passos constituem um dos principais rituais ligados à devoção ao sacrifício de Jesus Cristo pela salvação da humanidade.

Esse culto foi difundido na Península Ibérica sobretudo após a Reforma protestante, no século XVI, onde teve início em Sevilha, em 1521. Ainda nesse século chegou a Portugal, de onde foi levado para suas colônias, como a Ilha da Madeira, os Açores, e o Brasil. Atualmente ocorrem aqui celebrações em louvor ao Senhor Jesus dos Passos em Oeiras (PI), São Cristóvão (SE), Pirenópolis (GO), Recife e Olinda (PE), Belém (PA), Lençóis (BA), entre outras cidades brasileiras.

Mas a que pode ser registrada como a mais antiga no Brasil é a de Florianópolis (SC). Supõe-se que sua ocorrência tenha se iniciado na segunda metade do século XVIII, com a chegada de uma imagem do Senhor Jesus dos Passos à então vila do Desterro, vinda da Bahia em um navio que devia levá-la à cidade de Rio Grande.

Como em vários outros casos de procissões religiosas, é corrente um “mito de origem” dessa Celebração, narrando a chegada da imagem nesse local do litoral sul da então colônia portuguesa, mito esse que “explicaria” o motivo de sua permanência na vila de Nossa Senhora do Desterro. Em seu

ACHF

caminho em direção ao sul, provavelmente no ano de 1764, um navio de carga, que transportava também uma imagem do Senhor Jesus dos Passos, atribuída ao escultor baiano Francisco das Chagas, e que deveria ser entregue na cidade de Rio Grande, devido a fortes ventos teve que aportar na vila do Desterro, após três tentativas infrutíferas de seguir viagem. Segundo a tradição, essa situação teria sido interpretada pela tripulação e por seu comandante como um sinal de que a imagem não “queria” seguir para o sul, sendo seu desejo permanecer naquele local, o que fez com que fosse definitivamente desembarcada em Desterro para que o navio pudesse prosseguir para seu destino final. A imagem foi abrigada na Capela Menino Deus, cuja construção, em 1762, se deveu à beata Joana de Gusmão, e acredita-se que a primeira procissão teria já ocorrido em 1766. Em 1768, a Irmandade de Nosso Senhor dos Passos, criada em 1765, ergueu um anexo à capela principal para receber a imagem, onde ela está até hoje, tendo inclusive resistido a um incêndio que devastou o Hospital em 1994. Em 1783, a essa imagem veio se juntar uma de Nossa Senhora das Dores, doada por membros da Irmandade, e que, provavelmente desde então, passou a integrar a procissão. O prédio inicial do Hospital de Caridade foi concluído em 1788, e, assim como a Capela Menino Deus, tornou-se o *locus* da missão da Irmandade, ou seja: os cuidados com os enfermos e desvalidos, e com os rituais de devoção ao Senhor Jesus dos Passos.

Tudo indica que essa Celebração foi logo “adotada” pela população da ilha do Desterro, então em grande parte constituída por imigrantes vindos dos Açores para o sul do Brasil em busca de melhores condições de vida, e onde essa devoção havia sido introduzida pela metrópole.

É consenso não apenas na tradição oral, como entre os pesquisadores que estudam o tema, que a procissão pouco mudou em seus aspectos básicos nos seus 252 anos de existência. Alguns traços deixaram de existir, outros foram acrescentados, mas os modos de expressar essa devoção se caracterizam pela expressão de profundo envolvimento e apego a essa divindade, e neles predominam: a contrição, que traduz um reverente respeito ante o sagrado; a contenção das expressões corporais, mesmo em momentos de grande emoção, como quando aos fiéis é dado tocarem nas imagens; o recurso a elementos do ritual católico e sua simbologia como estruturantes de todos os momentos da celebração; e o predomínio

CMHF

evidente – em sinais já apontados neste parecer – de uma organização do “sistema ritual” balizada por categorias como gênero, origem institucional dos atores, atribuições pré-definidas em cada rito, e sobretudo, pelo evidente protagonismo da Irmandade em praticamente todos os momentos da Celebração. Considero difícil determinar a que traços culturais atribuir essas características – não tão marcantes em outros rituais católicos nas diferentes regiões do país, em que a dimensão da “festa” costuma ter forte expressão – mas parece evidente que elas integram, e são reconhecidas por seus detentores, como partes constitutivas dessa tradição tão presente na vida da maior parte dos habitantes de Florianópolis há mais de dois séculos.

Vários fatores contribuíram para mudanças na Procissão, entre eles transformações no espaço urbano, como aterros, já no século XX, que afastaram a celebração do litoral, e, conseqüentemente, da participação de embarcações. Algumas paradas do cortejo foram eliminadas, como a da antiga Casa de Câmara e Cadeia, já mencionada. Outras mudanças ocorreram em detalhes dos rituais, em vários casos por sugestão da Irmandade, como a suspensão dos ex-votos, que eram deixados na Capela Menino Deus como pagamento de promessas, e que foram substituídos por Livros de Ação de Graças, em 2002, onde os devotos deixam registrados por escrito – e também em desenhos - suas manifestações, assim como a orientação para suprimir os atos de autoflagelação no curso da procissão. Essas iniciativas encontraram, no entanto, algum tipo de resistência por parte dos fiéis. A prática de distribuir cartuchos de amendoim, registrada desde o século XVIII, também foi suprimida, assim como o mecanismo, na imagem do Senhor Jesus dos Passos, que produzia movimentos dos olhos e da língua na estátua, o que causava sustos, sobretudo entre as crianças. Mas talvez a transformação mais marcante - e que, segundo estudiosos, aponte para o risco de uma possível “turistização” da Celebração - tenha ocorrido no ambiente sonoro das procissões, sobretudo as duas mais concorridas - a da Transladação e a do Encontro - com a introdução de caixas de som que amplificam as músicas e cantos, uniformizando assim a onda sonora produzida durante todo o trajeto do cortejo, em mais uma tentativa de organizá-lo.

ANCHE

Embora essas mudanças sejam relevantes para a avaliação da continuidade histórica da Procissão do Senhor Jesus dos Passos em Florianópolis, mais importante, neste processo, é a análise de sua constituição como referência cultural para seus detentores, assim como da natureza desse vínculo.

Em primeiro lugar, cabe notar que os atores dessa Celebração têm se mantido praticamente os mesmos ao longo desses mais de dois séculos: a Irmandade de N. S. dos Passos, inegável protagonista de sua organização, e certamente fundamental para sua preservação; o clero, cuja participação nas missas e nas procissões marca a presença e a voz da Igreja Católica; e os devotos, oriundos sobretudo de Florianópolis e de seus arredores, mas também – e de forma crescente – de outras regiões do estado, além de visitantes de várias origens. A partir de pesquisas, e principalmente dos testemunhos de fiéis, pode-se depreender que se trata de um culto professado não apenas nesse momento do ano, mas também no seio das famílias, em seus lares, e ao longo de gerações. É possível perceber, contudo, alguma apreensão quanto à adesão das novas gerações, o que costuma ocorrer também em relação a outras Celebrações em diferentes lugares, no Brasil e em outros países. Por outro lado, é possível constatar que o público presente nos vários rituais dessa Celebração em Florianópolis tem sido bastante diversificado em termos de faixas etárias. Já a identificação do perfil dos devotos que acorrem aos rituais é de bem difícil aferição, a não ser por meio de eventuais registros deixados nos Livros de Ação de Graças (Cf. Apêndice 2 do Dossiê). Essa dificuldade deve-se também a um dos traços mais marcantes e visíveis dessa Celebração nos dias em que toma as ruas do centro histórico de Florianópolis: o caráter contido e respeitoso da expressão dos devotos em seu conjunto, o que se deve, em grande parte, à atuação da Irmandade na organização dos rituais. Esse fato, no entanto, não é suficiente para se atribuir um perfil homogêneo aos fiéis quanto a características pessoais – como origem, religiões que professam, etc. - na medida em que traduz não apenas uma profunda empatia com o sofrimento de Cristo, como respeito por uma postura contrita na expressão de sua devoção nessa Celebração.

AMC

CONSIDERAÇÕES SOBRE A PERTINÊNCIA DO REGISTRO

A avaliação de um bem para Registro como Patrimônio Cultural do Brasil tem como base o decreto 3551, de 4 de agosto de 2000, art. 2º. De acordo com esse documento legal, os principais critérios a serem considerados são a *“continuidade histórica do bem”* e *“sua relevância nacional para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira”*, formulação baseada no *caput* do artigo 216 da Constituição Federal de 1988. O decreto 3551 foi posteriormente regulamentado pelo Resolução no. 001, de 3 de agosto de 2006.

Quanto ao primeiro critério, neste caso de mais fácil aferição - uma vez que se convencionou condicionar à comprovação de um período mínimo de três gerações (75 anos) de ocorrência do bem para a aceitação do pedido - creio que não há margem de dúvida quanto ao pleno atendimento desse requisito em relação à Procissão do Senhor Jesus dos Passos em Florianópolis, em função da menção, no Dossiê, de inúmeros documentos, além de depoimentos e de dados coletados pelos pesquisadores. Em se tratando de um bem imaterial dessa natureza em território brasileiro, trata-se, sem dúvida, de um caso raro, digno de nota, e que revela um profundo enraizamento dessa devoção junto a várias gerações que a mantiveram viva por 252 anos.

Já a avaliação da *“relevância nacional”* de um bem é bastante complexa, e mais ainda em se tratando de um bem de natureza imaterial. No caso dos bens materiais, são definidos no DL no. 25 valores a serem considerados, e, ainda que o entendimento desses valores tenha variado bastante ao longo das 80 décadas do IPHAN, eles continuam a constituir um dos principais parâmetros para a inscrição de um bem material nos Livros do Tombo. Por outro lado, conscientes da dificuldade em definir critérios objetivos para a avaliação de bens em um campo tão pouco conhecido – ou melhor dizendo, de proposição tão recente e em certa medida polêmica, como o da salvaguarda do *“patrimônio cultural imaterial”* – a Comissão e o Grupo de Trabalho do Patrimônio Imaterial – responsáveis pela elaboração do texto do decreto 3551, de 30 de agosto de 2000 - optaram por uma redação sucinta, reconhecendo que somente a prática do Registro e da salvaguarda, acompanhada por um processo contínuo de avaliação, poderia indicar

amcfe

critérios minimamente consistentes de análise, valoração e preservação de um bem imaterial.

Nesse sentido, para abordar a questão da “relevância nacional” no caso da Procissão, proponho inicialmente uma breve análise comparativa com os Registros já efetuados. Em primeiro lugar, chama a atenção o fato de, entre 42 bens inscritos nos 4 Livros de Registro até 31 de agosto de 2018, apenas 3 terem como referência específica a região Sul do Brasil (Fandango caiçara – SP/PR; Tava, Lugar de Referência para o Povo Guarani-RS; Tradições docesiras da Região de Pelotas e Antiga Pelotas-RS), sendo que ainda não há nenhum bem dessa região inscrito no Livro das Celebrações. Cumpre ressaltar que o dado quantitativo é tomado aqui apenas como indicador de que a região Sul está, a meu ver, neste momento, ainda subrepresentada nos Livros de Registro, haja vista a riqueza e a diversidade de culturas, de diferentes origens, que nela estão enraizadas. Além das indígenas e afro-brasileiras, aquelas trazidas pelo colonizador português e pelos imigrantes europeus que nela se estabeleceram estão, nessa região, fortemente presentes como marcas de sua identidade. E, entre essas últimas, é inegável que a Procissão do Senhor Jesus dos Passos tem especial importância, não apenas por sua “antiguidade”, como por tantas outras características já descritas no processo de instrução. Considero, portanto, que esse conjunto de circunstâncias a habilita a ser reconhecida como “referência cultural” relevante nos termos expressos no decreto citado acima, não apenas para os seus detentores, como para a nação brasileira, enquanto signo inequívoco de nossa diversidade cultural. Para os devotos, “o ano só começa quando a procissão passa”.

Outro aspecto que poderia eventualmente ser considerado em termos da avaliação da “relevância nacional” de um bem – neste caso, de uma procissão - diz respeito ao alcance do reconhecimento, por parte da sociedade brasileira em seu conjunto, de uma Celebração como referência da identidade nacional. A análise dos bens até agora inscritos no Livro de Registro das Celebrações evidencia que esse grau de reconhecimento não tem constituído critério necessário para habilitar um bem dessa natureza a ser registrado pelo IPHAN. Pois, se duas Celebrações religiosas já registradas até o momento são, inegavelmente, amplamente reconhecidas e valorizadas como signos da identidade brasileira em nível nacional e até

APUHE

mesmo internacional – o Círio de Nossa Senhora de Nazaré (PA) e a Festa do Senhor Bom Jesus do Bonfim (BA) – a maior parte dos outros bens registrados nesse Livro era familiar basicamente para os habitantes da região onde ocorrem – como a Romaria de Carros de Bois da Festa do Divino Pai Eterno de Trindade (GO) e a Festa de Sant’ana de Caicó (AL) – sendo alguns – como as Festividades do Glorioso São Sebastião na Região do Marajó (PA) e o ritual Yaokwa do Povo Indígena Enawe Nawe (MT) – praticamente desconhecidos para além das fronteiras de seu estado e/ou de seus praticantes, além dos estudiosos que eventualmente se debruçam sobre elas. Esse entendimento, de que prevalecem outros critérios, como “continuidade histórica” e reconhecimento pelos detentores como “referência cultural” relevante de sua identidade coletiva, possibilita uma apreensão mais ampla e diversificada de nossa diversidade cultural também em relação a essa categoria de bens. Além disso, os efeitos do Registro – já revalidado - de uma manifestação cultural muito pouco conhecida pelos brasileiros, como foi o caso, por exemplo, da Arte Kusiwa dos Wajãpi (AP), inscrita no Livro das Formas de Expressão, demonstrou, em princípio, a pertinência dessa orientação.

Cabe ainda abordar a singularidade da Procissão do Senhor dos Passos em Florianópolis (SC) quando comparada a várias outras, no Brasil, já mencionadas, dedicadas a essa mesma devoção, tema do Apêndice 2 do Dossiê deste processo de Registro. Embora o conjunto dos ritos de reprodução, neste país, desse culto introduzido pelo colonizador português, seja basicamente o mesmo nas suas diferentes manifestações, algumas singularidades diferenciam a Procissão de Florianópolis, sendo a mais evidente a Procissão do Carregador, rito de cuja ocorrência não se tem registro, até o momento, em outras procissões em devoção a Nosso Senhor dos Passos no Brasil. Conforme LACERDA (p. 150) “diferentemente dos demais ritos do sistema ritual da Procissão de Nosso Senhor dos Passos, não há ali demonstração simbólica de poder (político ou religioso) e nem elaboração de pompa explícita.”

Outro traço que chama a atenção é a forte presença, na história oral e agora também escrita da Procissão, de participantes individuais reconhecidos pela comunidade local como atores significativos na realização da celebração durante os últimos anos (vide Apêndice 4), como Maurino

amckf

Aristides da Silva, conhecido como “seu Branquinho” (funcionário do Hospital de Caridade, responsável pela fabricação das velas artesanais), Eli Faustino da Silva (intérprete da Verônica por 34 anos) e Claudete Reis Machado, a “Mãe Dete” (Mãe de Santo responsável pelo Centro de Umbanda Maria de Mina, no Morro do Mocotó). Entretanto, ainda não estão disponíveis informações suficientes para caracterizar os devotos denominados genericamente como “populares” em suas diversas facetas enquanto grupos.

Nesse sentido, a sugestão, por parte do DPI, de que seja analisado o pedido de Registro da Procissão de Nosso Senhor dos Passos na cidade de Lençóis (BA), onde, entre outras diferenças, a organização da Celebração é assumida atualmente pela Sociedade União dos Mineiros (SUM) - trabalhadores historicamente responsáveis pela ocupação e desenvolvimento da região, e que têm essa divindade como seu padroeiro - e que incorporou traços de cultos afro-brasileiros, é bastante procedente. Esse tipo de análise contribui para evidenciar a apropriação diversificada de expressões culturais que, além de uma origem comum – no caso, a liturgia católica – comungam também uma série de ritos relacionados à encenação da via sacra, conjunto em que a Celebração de Florianópolis talvez seja uma das mais “ortodoxas”, no sentido do predomínio evidente das manifestações rituais e símbolos dessa tradição religiosa.

Por outro lado, ao observarmos em detalhe os vários momentos dessa Celebração, fica evidente como, para grande parte dos devotos, a relação com os bens materiais associados à procissão – as imagens, a água, os adereços, e mesmo o próprio corpo, como na Procissão do Carregador – aponta para uma dimensão que vai além do sentido simbólico desses elementos, base da classificação, pelo poder público, de bens culturais como “patrimônio” de uma determinada comunidade. Como observa o antropólogo José Reginaldo Gonçalves no artigo intitulado *O patrimônio como categoria de pensamento* (In: ABREU, Regina & CHAGAS, Mário. **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. RJ: DP&A, 2003), referindo-se a pesquisas realizadas sobre as Festas do Divino Espírito Santo junto a imigrantes açorianos no Brasil e nos Estados Unidos, é possível apreender concepções distintas da noção de “patrimônio” entre os diferentes grupos envolvidos em celebrações religiosas desse tipo – em que

pode se enquadrar a Procissão do Senhor Jesus dos Passos em Florianópolis - o que contribui, no caso do bem em consideração neste parecer, para trazer mais elementos para avaliar sua relevância e singularidade no conjunto de bens imateriais da mesma natureza. GONÇALVES (p. 27) chama a atenção para a adoção de diferentes concepções de “patrimônio” entre os vários atores, conforme o grupo considerado: para aqueles que têm como base a dissociação moderna de “uma matéria depurada de qualquer espírito” – como é o caso de intelectuais, membros do clero, lideranças políticas – os bens materiais associados a essas celebrações seriam “símbolos” de memórias, identidades - fundamentos da própria noção de “patrimônio” – assim como de entidades sagradas; já para os devotos – e provavelmente, no caso da Procissão do Senhor Jesus dos Passos de Florianópolis, particularmente para os chamados “populares” - a relação com os bens materiais acima mencionados seria de “troca com uma divindade”, sem distinção entre matéria e espírito. Nesse sentido, esses bens materiais não integrariam um patrimônio “apenas para representar ideias e valores abstratos”, para serem contemplados, e mesmo para comunicar, mas serviriam principalmente para “agir”, viabilizando uma “mediação sensível entre seres humanos e divindades”.

A meu ver, essas observações ajudam a relativizar a impressão mais superficial deixada pela organização das duas principais procissões dessa Celebração, que sugeriria uma certa uniformização nos modos de expressar a devoção não apenas nessas duas procissões, como na vida cotidiana. Consequentemente, o entendimento desse bem como patrimônio cultural brasileiro não deve ficar restrito à sua percepção mais evidente e superficial, que se revela insuficiente para qualificá-lo para Registro em toda a sua riqueza e diversidade.

Quanto às medidas de salvaguarda sugeridas no Dossiê, expresso minha inteira concordância com as recomendações apresentadas no recente parecer da técnica Amanda Camylla Pereira da Silva, do DPI, no sentido de que, em sua formulação, contem com mais expressiva participação dos detentores, com o objetivo de elaborar medidas que sejam relevantes visando não apenas a continuidade do bem, como também levando em consideração os diferentes sentidos e valores vivenciados pelos vários grupos sociais que participam dessa Celebração.

ANC/F

Finalmente, quero ressaltar a importância da proteção legal já em vigor de vários bens materiais que compõem o cenário dessa Celebração. Em primeiro lugar, a Capela Menino Deus, tombada pelo decreto estadual no. 998, de 25 de junho de 1998, da Fundação Catarinense de Cultura, assim como a Catedral Metropolitana e a Igreja da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência, tombadas pelo mesmo decreto. As imagens de Nosso Senhor dos Passos e de Nossa Senhora das Dores, os bens materiais mais importantes para essa Celebração, são protegidos enquanto bens integrados à Capela Menino Deus. A praça XV de novembro, em frente à Catedral, é circundada por vários imóveis históricos, sendo o antigo Palácio do Governo – hoje Palácio Cruz e Souza – tombado pelo estado e pelo município, como também é tombado pelo município o casario da rua do Menino Deus, ao pé do Morro da Boa Vista, onde estão a Capela e o Hospital de Caridade. Considerando a importância do espaço urbano que, há mais de dois séculos, tem sido não apenas cenário como *locus* simbólico dessa encenação da via sacra em Florianópolis (vide Apêndice 3 do Dossiê), a conservação desse ambiente certamente deve contribuir também para sua continuidade.

Concluindo, como espero ter demonstrado neste parecer, declaro-me inteiramente favorável ao Registro da Procissão do Senhor dos Passos como Patrimônio Cultural do Brasil, a ser inscrita no Livro das Celebrações, nos termos do decreto 3551, de 4 de agosto de 2000.

Rio de Janeiro, 20 de setembro de 2018

Maria Cecilia Londres Fonseca

Maria Cecilia Londres Fonseca

Conselheira

